

Tribuna Operária só volta em 1986. Por motivo das festas de fim de ano, nossa próxima edição só circulará na segunda semana de Janeiro. Aproveitamos para desejar a nossos leitores um feliz 1986.

Tribuna Operária da Luta

ANO VII - Nº 247 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985 A 6 DE JANEIRO DE 1986

Cr\$ 1500

1986

O QUE O POVO QUER DA CONSTITUINTE

Se 1985 foi o ano da morte do regime militar, 1986 surge sob o signo do debate dos grandes problemas nacionais, na campanha para a Assembléia Constituinte. Na página 10, a opinião de lideranças operárias, camponesas, estudantis e femininas sobre o que o povo espera e exige da Constituinte. E o balanço da Nova República, com o que ela mudou e o que ficou devendo, o impressionante ascenso das greves (5 milhões de grevistas no ano), a dura luta pela reforma agrária, nas páginas 7, 8 e 9.

Problemas candentes

O Brasil vive um período de grande ebulição política e social. Depois dos comícios das diretas e da campanha do candidato único das oposições, pela primeira vez em duas décadas o povo votou para escolher os prefeitos das capitais e de todos os municípios considerados até recentemente como áreas de segurança nacional. Aproximadamente cinco milhões de trabalhadores levantaram-se em greve por melhores condições de vida e salários dignos. De norte a sul do país a palavra "mudança" é repetida cada vez com mais força. A nação não suporta mais viver nos marcos conservadores herdados do velho regime militar, assim como não tolera mais a intromissão dos generais, que continuam metendo o bedelho na política nacional.

As péssimas condições da previdência social, assim como as fraudes escandalosas denunciadas a todo momento indicam que este sistema está falido. Urge construir um novo edifício e é indispensável que se encontre uma forma prática para que os trabalhadores - que pagam pesadas contribuições sem receber os serviços que necessitam - participem do planejamento e do controle em todas as áreas deste setor.

Justiça, que se arrasta preguiçosamente quando se trata de punir abusos dos poderosos ou de reconhecer direitos de quem trabalha, mas que continua prestimosa na hora de castigar os humildes, também exige uma reformulação em profundidade.

O problema da terra, que atormenta a nação por mais de quatro séculos tornou-se uma questão candente. Sem atacar de frente o latifúndio o país não pode alcançar o progresso. A realidade impõe que o direito à propriedade não pode permanecer como até agora, sem nenhum controle social, absoluto, insensível à fome e à miséria de milhões.

A recessão econômica e a inflação tornaram-se insuportáveis. São decorrências do endividamento irresponsável e

criminoso do país, sujeitando os brasileiros à humilhante situação de trabalhar para pagar juros da dívida externa aos banqueiros internacionais. Sem medidas concretas para salvaguardar a soberania nacional, romper os laços escravizantes com o FMI e impedir a tutela do país pelo capital estrangeiro, a economia nacional não pode esperar um desenvolvimento que atenda às necessidades do povo.

Todas estas questões, que implicam em soluções de fundo, que mexam na estrutura do atual sistema político e econômico, estarão em pauta no próximo ano na preparação da Assembléia Nacional Constituinte. Os grandes grupos econômicos já se preparam para esta batalha e correm notícias de que pretendem fazer investimentos da ordem de Cr\$ 2 bilhões por cabeça, visando eleger uma bancada de 300 constituintes a seu serviço.

Para enfrentar esta situação, para fazer da Constituinte um instrumento de mudanças, para quebrar a timidez e as vacilações que até o momento emperam a Nova República, a mobilização e organização dos trabalhadores e dos democratas consequentes serão decisivas.

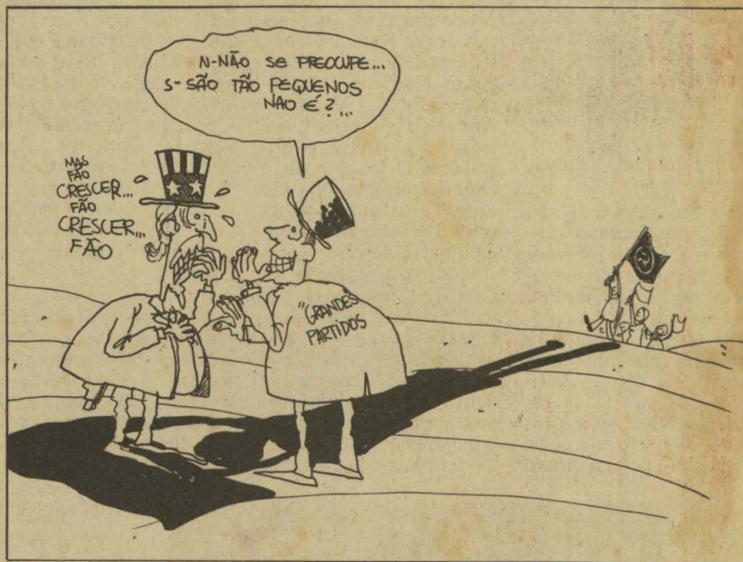
A mobilização popular terá de combater energeticamente as investidas da direita visando tumultuar o quadro político e frear a transição democrática. Para isto impõe-se paralelamente desmascarar os que, sob uma linguagem falsamente avançada, tentam desviar as massas das questões centrais, aliviando a carga sobre os conservadores. Por outro lado, não interessa aos trabalhadores atrelarem-se ao governo esperando favores gratuitos. A democracia só pode ser assegurada na medida em que o povo obtenha, com sua luta, as transformações necessárias ao país. Defender e ampliar a liberdade, e usá-la para mudar o Brasil, serão tarefas essenciais em 1986.

Trabalhadora paranaense realiza seu 1º Encontro

Elas vieram do campo e das cidades, preparar o Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, em janeiro. P.6

Conclat vai propor Central Sindical em 86

A proposta, de criar a CGT, vai ser levada ao Congresso da Conclat. P.6



Argentina condena cinco generals

Por assassinatos, torturas, seqüestros e roubos, eles cumprirão penas que vão até a prisão perpétua. Pág.2



A partir da esquerda, Massera (perpétua), Agosti (4 anos), Viola (perpétua), Galtieri (absolvido) e Lanús (8 anos)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Avanço na luta do povo da África do Sul

Mais de 800 mortos durante o ano. Manifestações quase que diárias nas ruas contra o racismo. Isolamento político internacional. A África do Sul invadiu os espaços dos noticiários durante 1985. A selvageria do governo do apartheid foi posta a nu pelas crescentes mobilizações do povo sul-africano, em especial pela população negra.

A dominação racista na África do Sul é uma sobrevivente dos antigos projetos coloniais no continente africano. Uma minoria exploradora branca, através da violência, faz prevalecer seus interesses sobre o rico país. A imensa maioria negra, relegada à miséria, é submetida a uma brutal exploração que ainda em muito se assemelha à escravidão.

Os negros têm que viver em guetos, em condições subhumanas. Para circular pelo país, devem carregar passaportes especiais. As calçadas em que transitam, os banheiros públicos que utilizam, as arquibancadas em que sentam nos ginásios esportivos, as escolas que frequentam são diferentes e inferiores das frequentadas pelos brancos.

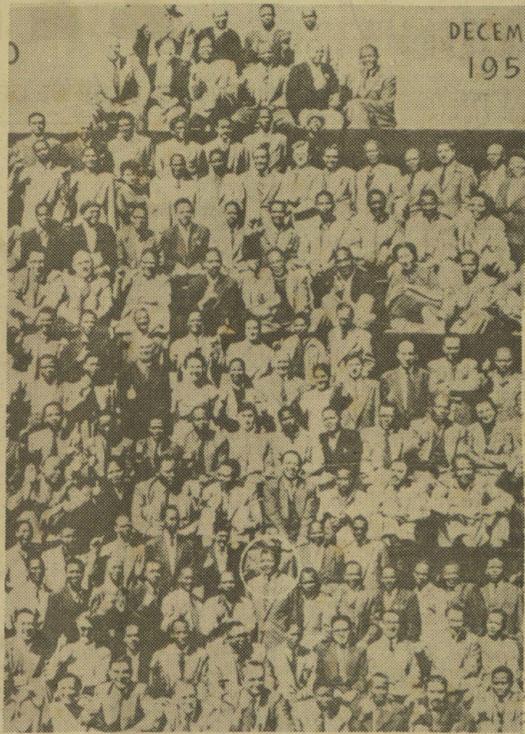
Uma situação insustentável. Ao longo dos anos, sucedem-se revoltas contra essas discriminações. Revoltas que são esmagadas pelas armas do apartheid. Mas do ano passado para cá as mobilizações têm alcançado níveis antes desconhecidos na história do país. Se em 1984, 131 negros foram mortos durante manifestações de protesto ou perseguições policiais, neste ano esse número foi multiplicado por cinco!

A receita do governo para enfrentar essa situação foi anunciada pelo ministro do Interior, Louis Le Grange, que disse ser preciso "limpar o país, que está infestado de criminosos e elementos revolucionários". E não tem faltado empenho ao governo em seu intuito de massacrar os opositoristas. Armas das mais modernas - inclusive químicas - foram importadas dos Estados Unidos, Israel, Grã Bretanha. Neste final de ano o primeiro-ministro Piether Wilhelm Botha anunciou que vai contratar mais 40 mil policiais, para melhor atacar a população do país.

Ao tempo em que tomam essas medidas, os racistas adotam também um receituário de médio prazo: as mulheres negras estão sendo esterilizadas com injeções de depopuladora (anticoncepcional proibido em vários países), enquanto as brancas são incentivadas a ter "um bebê para Botha", numa tentativa de inverter o quadro demográfico do país (87% dos sul-africanos são negros e asiáticos, e apenas 23% são brancos).

A população oprimida, de sua parte, tem avançado no nível de organização, mobilização e consciência. Desde 1912 existe o Congresso Nacional Africano, unidade frentista de oposição ao apartheid. Nele atuam representantes das tribos Xoca, Zulu, Soto, Tsonga, Suzai, Ndebele e Venda, que formam a comunidade bantu do país, e que os racistas tentam, a todo custo, manter divididas alimentando rivalidades mútuas, para melhor dominá-las. Se no início o CNA espousava a teoria da "não-violência" preconizada por Gandhi (que atuou no país), a ação dos revolucionários dentro da entidade, e a própria brutalidade das classes dominantes levaram-na a mudar de posição. Já em dezembro de 1956 um encontro do CNA assumiu posições mais combativas em relação ao governo. Em represália, suas lideranças (104 negros, 23 brancos, 21 indianos, 8 mestiços) foram presas e acusadas de "alta traição" pelo regime. Em 1961 o CNA radicaliza ainda mais suas posições, e passa a defender o recurso à luta armada para pôr fim ao apartheid. Um dos dirigentes que se destacou na defesa dessa posição, Nelson Mandela, foi preso em 1962, e desde então está encarcerado, transformando-se no principal símbolo da resistência popular ao racismo.

A presença do CNA é visível no país. Inúmeros populares mortos nos enfrenta-



Membros do CNA presos em 1956 - no círculo, Mandela

mentos com a polícia durante este ano foram enterrados em cerimônias massivas, cobertos com a bandeira da entidade. Destacamentos guerrilheiros do CNA controlam regiões do campo sul-africano. Com sua principal organização de massas colocada na ilegalidade, os explorados e demais opositoristas criaram também uma outra entidade, a Frente Democrática Unida que, apesar de perseguida, atua legalmente. Mais de 600 entidades participam da FDU, que possui cerca de 3 milhões de membros.

Embora a população negra seja a que mais amargue com o desemprego, que atinge 30% da população economicamente ativa, são também os negros a principal mão-de-obra do país. São 350 mil mineiros (a principal atividade econômica é extrativa, sendo que a África do Sul é o terceiro produtor de minérios do mundo, e o maior produtor de diamante, ouro e platina), que recorrem a combativas greves contra as discriminações de que são vítimas (por exemplo: os cargos de chefia e de melhor remuneração são exclusivos dos brancos - os salários dos negros são cinco vezes menores que os dos brancos etc). E neste ano também a organização sindical registrou significativo avanço, com a fundação, em novembro, da Confederação de Sindicatos Sul-africanos (Cosatu), entidade multiracial com quase 500 mil trabalhadores filiados (negros, na maioria).

Fruto dessa luta popular, o isolamento político do regime do apartheid na comunidade internacional atingiu níveis sem precedentes. Manifestações de protesto contra o racismo passaram a ocorrer também nos Estados Unidos e Inglaterra - principais parceiros econômicos e aliados políticos do regime racista no globo - e em outros países. A Organização das Nações Unidas aprovou resolução aconselhando a adoção de "sanções voluntárias" ao regime sul-africano. EUA e Inglaterra, que sempre vetaram medidas desse tipo contra seu aliado, viram-se constrangidos a abster-se na votação. E mais: em decorrência das pressões populares e de cisões nas fileiras do Partido Republicano, o próprio governo Reagan teve que adotar algumas sanções econômicas, embora secundárias, contra os racistas.

Isolado interna e externamente, os racistas de Piether Botha ainda conseguiram vencer as eleições, ocorridas este ano, onde só a comunidade branca tem direito ao voto. Mas, contraditoriamente, seu êxito eleitoral é um sintoma de sua derrota política, pois significa que os próprios racistas admitem que não têm outra política, a não ser a violência, para administrar o país. Confessam, como afirmou o próprio Botha, que admitir que a maioria da população (os negros) tenha direitos políticos é o "suicídio" do apartheid. E desmoralizam a própria pregação dos arautos da não-violência, como o bispo Tutu que, no segundo semestre, admitiu que o caminho pacífico é inviável no enfrentamento ao regime racista.



O tribunal funcionou desde abril, e a absolvição de quatro oficiais indignou os argentinos

Cadeia perpétua para o ditador Rafael Videla

Dois chefes militares condenados à prisão perpétua, três condenados a penas de quatro e meio a 17 anos de prisão, quatro absolvidos. Por cadeia nacional de rádio e televisão, a Câmara Federal de Apelações anunciou no dia 9, as sentenças contra os integrantes das Juntas Militares que, entre 1976 e 1982, governaram ditatorialmente a Argentina. Pela primeira vez, nos quase 200 anos de independência política da América Latina, militares de alta patente foram condenados por crimes que cometeram enquanto estavam no poder.

O promotor Julio Strassera anunciou, com razão, que vai apelar da sentença à Suprema Corte de Justiça. Afinal nem todos os golpistas receberam a pena máxima que ele havia solicitado, e alguns foram inclusive injustamente absolvidos. Mas destacou: "Apesar de as sentenças não me satisfazerem, já é um fato positivo a condenação de membros da ditadura militar por um tribunal civil, quaisquer que sejam as penas".

E ele tem razão. Na América Latina são incontáveis as vezes em que os militares valeram-se das armas para pôr abaixo governos constituídos e converterem-se em tutores da nação. No poder, sempre gozaram da impunidade pelos mais bárbaros crimes que cometessem. Só a Bolívia já sofreu quase 200 golpes militares; Honduras, outro tanto; Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Brasil...

É claro, nem tudo são flores. Os golpistas argentinos não foram julgados por um poder revolucionário, após um levante popular que tivesse colocado abaixo a ditadura terrorista que implantaram. Longe disso. A retirada dos militares do poder se deu num processo complexo, em que o povo conquistou o direito

de eleger, pelo voto direto, o presidente.

É verdade que os trabalhadores foram às ruas, às centenas de milhares, protestar contra a tirania. Os comícios eleitorais reuniram até mais de 1 milhão de populares em praça pública. Nenhum partido político ousou sair em defesa do regime militar. Por outro lado, o povo argentino não contou com uma vanguarda proletária organizada marxista, à frente de suas lutas. A União Cívica Radical, de Raul Alfonsín, ganhou as eleições, expressando a vitória popular sobre a ditadura.

Neste quadro político, nesta correlação de forças é que os chefes das juntas militares foram para o banco dos réus. Os generais Jorge Rafael Videla, Roberto Viola e Leopoldo Galtieri; os almirantes Emilio Massera, Armando Lambruschini e Isaac Jorge Anaya; os brigadeiros Orlando Agosti, Omar Graffigna e Basílio Lami Dozo foram submetidos a julgamento público a partir de 22 de abril. Todos, com exceção de Graffigna, responderam a processo encarcerados. Foram cerca de 850 depoimentos de sobreviventes dos 264 campos de concentração clandestinos e dos presídios, de familiares de opositoristas assassinados, e mesmo

de militares que participaram da repressão, mas depois resolveram ajudar no esclarecimento dos crimes cometidos.

Na Argentina, durante a ditadura militar, "desapareceram" 30 mil opositoristas. Até crianças foram assassinadas a sangue frio pelos algezes fardados. O governo Alfonsín fez um levantamento que acabou por documentar 9 mil casos de "desaparecidos", todos incluídos no relatório chamado "Nunca Mais". Foi pelos crimes arrolados nesse documento que os nove chefes das juntas militares foram julgados. Para dar mais agilidade ao processo, a promotoria selecionou 709 casos para a denúncia formal, afirmando serem o exemplo do que sucedeu de Norte a Sul. Na Argentina não houve guerra interna. Houve extermínio".

O andamento dos trabalhos não foi ameno. Os militares, mesmo no banco dos réus, desafiavam a nação. O general Videla chegou a distribuir uma nota à imprensa declarando: "Um tribunal civil não pode exercer funções de tribunal militar. Minha atividade como chefe do Exército só pode ser julgada pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. Por isto, não designarei defensor, não oferecerei provas nem alegações. Em síntese, não participarei de nenhuma diligência processual".

Esse tipo de declaração era respaldada, fora dos cárceres, por atentados terroristas e ameaças contra juízes e promotores, vindos de ex-comandantes dos ditadores e inclusive de elementos do alto esca-

lão das Forças Armadas - que não foram devassadas pelo governo Alfonsín. O próprio chefe do Estado-Maior do Exército, general Hector Rios Ereno, afirmou, em tom de ameaça, dias antes da Corte começar seus trabalhos, que "nossa sensibilidade" (dos militares) "será ferida ou não dependendo da dimensão resultante do julgamento".

Os democratas e trabalhadores, por seu lado, exerceram também pressões, através de atos com dezenas de milhares de pessoas nas ruas, exigindo que os criminosos fossem condenados por seus crimes e que não só os integrantes das juntas militares, mas todos os envolvidos na tortura e assassinato de opositores fossem processados.

A leitura da sentença no dia 9 refletiu essa situação. Os argentinos saudaram com gritos de "Justiça! Justiça!" às condenações à prisão perpétua do general Videla e do almirante Massera; acharam insuficientes as penas do brigadeiro Orlando Agosti (4,5 anos de prisão), general Roberto Viola (17 anos de prisão), almirante Lambruschini (8 anos de prisão); e ficaram indignados com as absolvições do general Galtieri, almirante Anaya e os brigadeiros Lami Dozo e Omar Graffigna.

Todos os condenados foram declarados inabilitados em forma absoluta e perpétua para quaisquer atividades, e destituídos do grau militar. E o tribunal ainda determinou que o Conselho Supremo das Forças Armadas julgue os responsáveis pelas antigas zonas militares e "todos aqueles que participaram das operações" em que se consumaram crimes ou atos ilegais. Os integrantes da terceira Junta Militar (Galtieri, Anaya e Dozo) absolvidos neste processo, ainda responderão a um outro julgamento - este militar -, pela derrota na aventura da tomada das Malvinas.

É difícil achar-se no mapa da América Latina um país livre dos golpes dos generais. Mas agora já é possível encontrar um em que golpistas foram julgados e condenados: a Argentina.

(Carlos Pompe)



Videla quando visitou seu colega Figueiredo no Brasil - agora ficará encarcerado

Militares tutelam novo presidente da Guatemala

Num processo eleitoral coordenado pelos militares no poder, o candidato da Democracia Cristã, Vinício Cerezo Arévalo, foi eleito presidente da Guatemala no dia 9. O

índice de abstenção ao pleito foi de 31% dos eleitores. O novo presidente deve assumir o governo em 14 de janeiro de 1986. A Guatemala realizou eleições com o país sob o

domínio militar já há 15 anos. A oposição democrática à ditadura militar classificou o processo eleitoral como "farsa". Há 13 anos a guerrilha atua no país, enfrentando as forças governistas

armadas e assessoradas pelos Estados Unidos. Outro aspecto dramático da vida guatemalteca é o dos refugiados: são 46 mil camponeses no México e em países da América Central.



CDM

A resistência do povo negro sul-africano registrou avanços significativos durante 1985

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Jânio repete agora mentira arrogante que pregou em 1979

O prefeito eleito de São Paulo, Jânio Quadros, retornou dos EUA e Inglaterra segunda-feira dia 9, de visual novo (sem bigode e com barba) mas com o mesmo estilo falso e hipócrita de fazer política. Em suas primeiras declarações à imprensa, repetiu quase com as mesmas palavras uma declaração de 1979, que a vida provou ser uma mentira completa.

Há seis anos - mais precisamente numa entrevista à revista "Manchete", publicada com a data de 30 de junho de 1979 - o ex-presidente declarava: "Nem que os 110 milhões de brasileiros se colocassem prosternados à minha frente, como peregrinos em Meca, eu voltaria a concorrer a algum cargo eletivo". Dois anos depois candidatava-se ao governo paulista, e em seguida à Prefeitura paulistana, que arrebatou com 38% dos votos.

Agora, na entrevista coletiva de terça-feira dia 10, Jânio declara: "O sr. imagine a população brasileira convertida em muçulmanos. E toda população voltada para mim como se fosse Meca pedindo-me que assumisse a presidência. Eu não atenderia." E ainda tem o desplante de afirmar, em outro trecho: "Promessa minha é cumprida à risca"... Acredite quem quiser!

Além da fixação do ex-presidente em imaginar todos os brasileiros de joelhos, prosternados diante de sua figura, o episódio tem outra faceta. Revela a fragilidade atual da direita, cuja única vitória de algum peso nas últimas eleições só aconteceu com o recurso a um candidato como Jânio,



Jânio: "Imagine o povo de joelhos"

demagogo, carismático e absolutamente indigno de confiança, mesmo da parte de seus correligionários. Se as especulações sobre novas candidaturas de Jânio Quadros perduram, é sintoma de que as hostes direitistas continuam sofrendo um incômodo vazio de liderança, sobretudo depois que o ministro Aureliano Chaves teve seu candidato à prefeitura de Belo Horizonte esmagado nas urnas de novembro.

Jânio adiantou também alguns nomes de seu secretariado, entre os quais o de Cláudio Lembo, ex-presidente da Arena Paulista, e Reynaldo de Barros, ex-prefeito biônico e ex-candidato ao governo estadual, lançado por Paulo Maluf.

PCB agora quer fazer coligação com o PDS

A mais nova dos revisionistas: agora, o presidente nacional do PCB, Giocondo Dias, falou aos jornalistas que o seu partido visa assegurar o êxito nas eleições para a Constituinte através de "uma ampla política de alianças. Detalhe: ela poderá incluir até eventuais coligações com o PDS.

Pois é, a realidade é dinâmica. Para justificar a atitude adotada recentemente nas eleições de 15 de novembro (quando lançou candidatos em vários municípios, numa conduta divisionista), os revisionistas argumentaram

que era preciso, no atual momento, "que se explicitem diferenças e identidades". Sofreram fragorosas derrotas, como no Recife e em Cubatão (onde seus candidatos tiveram menos votos que para a Câmara Federal nas eleições de 1982). Mudaram. Parecem que querem, em 1986, explicitar mais as "identidades". Imaginem o senhor Alberto Goldman, líder do PCB na Câmara e autor do projeto que abre o sistema bancário brasileiro ao capital financeiro internacional, ao lado de Delfim Netto e Paulo Maluf - unidos nelo afã entreguista.



Edberto Ticianelli: "Acesso da população à câmara de vereadores é salutar"

Ticianelli quer Conselho para entidades populares

O vereador Edberto Ticianelli, do PMDB de Maceió (AL), apresentou projeto de lei criando o Conselho Municipal de Entidades, visando criar condições para que a população estreite ainda mais o nível de participação nas decisões dos vereadores na legislação municipal.

O Conselho proposto deve ser integrado por um representante de cada organização popular sediada na capital alagoana, legalmente registrada. Os representantes dos sindicatos, associações profissionais, associações de bairro, organizações estudantis, de jovens e de mulheres serão indicados pela diretoria ou assembleia de cada entidade, e terão direito a voz e voto", explica o vereador.

De acordo com o projeto, durante as reuniões do Conselho de Entidades Populares no plenário da Câmara, as entidades integrantes deverão ser informadas sobre os projetos de lei, resoluções e vetos em tramitação na casa, assim como do orçamento da Prefeitura, para que possam emitir opiniões.

Ticianelli pretende, ainda, que durante todas as sessões ordinárias da Câmara Municipal seja facultado um espaço de tempo de 10 minutos no início do grande expediente, para que um representante da entidade, previamente indicado em reunião do Conselho, "possa usar a tribuna para fazer pronunciamentos e apresentar reivindicações, sugestões de requerimentos e projetos de lei para que, endossados por pelos menos um vereador, possam ser encaminhados formalmente para tramitação dentro do Poder Legislativo".

Segundo Edberto Ticianelli, sua proposta possibilita "a democratização das ações da Câmara, trazendo diretamente ao povo, através de suas diversas entidades, a participar e influenciar nas decisões e debates do Poder Legislativo. O acesso da população só pode ser salutar à Câmara Municipal". Projeto semelhante já foi apresentado, anteriormente, à Câmara Municipal de Goiânia (Goiás), pelo vereador Euler Ivo, do PC do B.

Por que o imperialismo não engoliu o pacote fiscal?

O FMI e os banqueiros não estão satisfeitos com o pacote fiscal do governo Sarney. Eis aí um forte indicador de que as medidas recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional contêm vários elementos positivos. De fato, por meio delas, ensaiaram-se tímidos passos para reverter o quadro de profunda injustiça no sistema tributário brasileiro.

O pacote foi e ainda é objeto de uma furiosa campanha da direita e da grande imprensa (com destaque para "O Estado de São Paulo", sempre muito fiel aos interesses do imperialismo). As pressões foram tantas que, na semana passada, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, sentiu-se na obrigação de fazer novas declarações para explicar que não aceita imposições do Fundo Monetário Internacional sobre o projeto.

"Não aceitamos monitoramento do FMI", ressaltou o ministro. E esclareceu: "Primeiro, o governo fez o ajustamento da economia, da forma como acha conveniente e necessária; em seguida, informa aos organismos internacionais". Os banqueiros estrangeiros, por seu turno, não cansaram de enviar recados de que o programa a ser aplicado é inaceitável.

Não é uma virada na economia, mas dói no capital

Visto do ponto de vista dos trabalhadores brasileiros, o "Programa de Mudanças" (como foi chamado pelo governo) não representa uma virada radical na economia. Não foram tomadas medidas para romper com o modelo econômico dependente de há muito implantado em nosso país e acentuado nos anos de ditadura militar.

Porém, há o mérito de haver sido colocado em questão quais os setores da sociedade que devem ser mais onerados na sustentação do aparato estatal e na transferência de recursos para fora do país. Neste sentido, foi adotado um conjunto de medidas que apontam no sentido de uma maior justiça na distribuição da carga fiscal (veja TO nº 246) e indica e caminho de novas mudanças que devem ser implementadas no sistema tributário e que serão, sem dúvidas, temas na batalha que as forças democráticas e populares vão travar na Constituinte.

O pacote foi justificado pela necessidade de combater o desequilíbrio das contas públicas. Objetiva reduzir o déficit público estimado para 1986, de Cr\$ 211 trilhões para Cr\$ 151 tri-

lhões. Neste particular, cabem algumas observações.

Em primeiro lugar, o déficit público é encarado erroneamente como sendo a raiz dos problemas econômicos brasileiros. "O governo deve gastar menos, deve vender as estatais", são as conclusões retiradas pelas forças conservadoras e reacionárias. Procura-se encobrir as reais causas do desequilíbrio, situadas na nossa astronômica dívida externa, como reconheceu o professor Luís Gonzaga Belluzzo, secretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda.

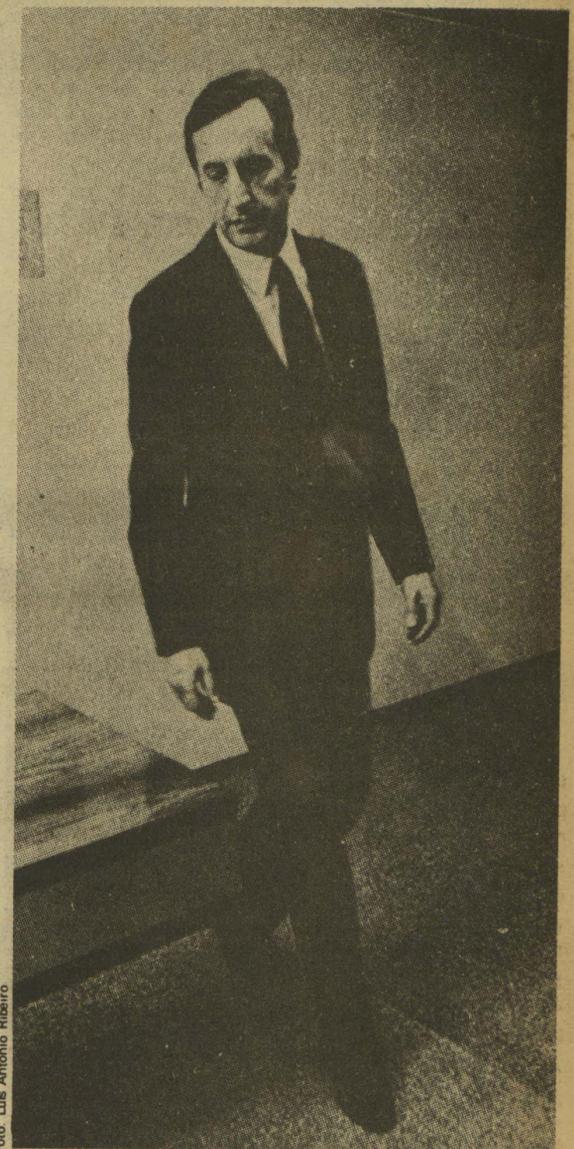
Governo quer redistribuir o ônus da dívida

De fato, somente em outubro deste ano o governo teve que emitir Cr\$ 4,7 trilhões para cobrir as operações com o setor externo - compra de dólares que são enviados ao exterior para pagar a dívida. Se isto não ocorresse, o orçamento do governo seria superavitário, apresentando uma receita superior às despesas.

Vale lembrar que, quando o fluxo de empréstimos externos "compensava" a transferência de recursos ao exterior, os gastos do governo eram enaltecidos pelas forças reacionárias. São os mesmos senhores que ontem locupletaram-se com a Ferrovia do Aço, Acordo Nuclear e outros "grandes projetos", e que hoje empreendem furiosa campanha contra as estatais sob o pretexto de que é preciso cortar os gastos governamentais.

O problema do déficit público só ganhou relevo depois que os empréstimos externos ficaram escassos e as taxas de juros internacionais subiram assustadoramente. Transformou-se, na realidade, na forma concreta de viabilizar o pagamento dos juros aos agiotes internacionais - é a garantia de lucro (ou espoliação) do capital financeiro imperialista. Isto torna compreensível a posição dos conservadores.

Até o momento, o financiamento do déficit esteve baseado, fundamentalmente, na tributação acentuada dos assalariados, inclusive por meio da inflação (ou,



Funaro: ao FMI, apenas informe

dizendo de outro modo, imposto inflacionário).

O pacote fiscal muda parcialmente este enfoque, prevendo maior taxa sobre os ganhos do capital e altos salários. A tributação será efetiva no mercado financeiro e maior sobre as grandes empresas. Os trabalhadores de "baixa renda" que pagavam impostos poderão ter um pequeno aumento no poder aquisitivo, oriundo da redução da taxa sobre a fonte - e isto influirá, ainda que pouco, no mercado interno.

Mudanças, porém foram tímidas e parciais

Vê-se que o governo visa cobrar também das classes dominantes pelo pesado ônus da dívida externa. Mas nada justifica um otimismo excessivo. As medidas são demasiadamente tímidas. A

progressividade dos impostos agora estabelecida no IR (paga mais quem ganha mais) tem um impacto relativo: os impostos indiretos, que respondem por 53% da arrecadação e são pagos pelos consumidores, recaem de forma indiscriminada sobre produtos e serviços destinados a diferentes tipos de consumo (alimentação e os chamados bens superfluos, por exemplo).

O imposto inflacionário, por outro lado, pode até ser aumentado se o grande capital repassar (como promete) aos preços os tributos previstos no pacote. Neste caso, perderão os assalariados, que não têm como defenderem-se da inflação e sujeitam-se a reajustes semestrais (ou, quando muito, trimestrais) dos salários. Esses são aspectos que têm de ser mudados, mas para isto é essencial a mobilização das forças democráticas e populares. (Agenor Silva)

Investida contra a tortura no Brasil

Nas últimas semanas houve uma forte investida institucional contra a prática da tortura no Brasil. No dia 28, o presidente José Sarney encaminhou dois documentos sobre direitos humanos para aprovação do Congresso Nacional. No mesmo dia, o deputado federal Luiz Guedes (PMDB-MG) apresentou na Câmara um projeto de lei qualificando e prevendo penas contra os "crimes de tortura". E nesta quarta-feira, dia 10, foi reaberta a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do Ministério da Justiça.

A primeira reunião do CDDPH no governo da Nova República foi realizada na sede nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro. Conforme explicou o ministro da Justiça Fernando Lyra, esta foi a forma de "homenagear todas as entidades que, nestes anos de autoritarismo, vivificaram a resistência democrática".

Na ocasião, o presidente da OAB, Herman Baetta, defendeu a elucidação de todos os casos de tortura e seqüestros praticados no Brasil durante o regime militar. "Revanchismo é torturar o torturador, e não é isso que se quer", afirmou Baetta. Nesta nova fase, a comissão ganhará forte impulso, tendo inclusive recursos próprios. Sua principal tarefa será combater a violência, principalmente as agressões aos direitos humanos.

No mesmo rumo do avanço democrático, o presidente da República já havia enviado ao Congresso os documentos internacionais sobre direitos civis e políticos. Na solenidade no Palácio do Planalto, Sarney afirmou que a tortura "é a pior prática a não ser covar"

dia. É terrorismo de Estado. É exorbitância de poder". E argumentou: "Nada afeta nossa soberania mais do que o atropelo à liberdade, à violação de um direito, à repressão de uma aspiração legítima".

PROJETO DE LEI

Exatamente para impedir a repetição das bárbaras cenas de tortura dos porões do regime militar, é que o deputado mineiro apresentou um projeto de lei prevendo penas de 3 a 21 anos de prisão contra o "crime de ofender a integridade física ou mental de outrem, com o intuito de obter informações ou confissão".

Conforme justifica na seu projeto, "o objetivo da proposição está no definir criminalmente realidade por demais grave, que floresceu impunemente no passado recente, e que, por isso, deixou raízes ainda nos dias presentes. Esta conduta, sobremaneira violadora da integridade do indivíduo, buscou legalizar-se sob o pávido argumento do combate à criminalidade, conceito este que, inclusive, prestou-se a inibir, ante o peso de sua marca, a normal divergência de ideário político".



Obra de Elifas Andreatto em homenagem a Herzog

Centro de Documentação e Informação Fundação Maurício Grabois

Mulheres paranaenses exigem reforma agrária em encontro

Reunidas em seu I Encontro Estadual, no dia 7 de dezembro, para preparar o Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, as trabalhadoras paranaenses saíram unificadas em torno das mais importantes lutas do momento. Com a participação de mais de 500 mulheres, 300 das quais trabalhadoras rurais, o encontro reafirmou a estreita ligação entre as lutas específicas das mulheres e a situação nacional.

A reforma agrária antilatifundiária, o rompimento com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa, a participação popular e feminista na Assembléia Nacional Constituinte foram pontos destacados no encontro. Importantes lideranças do movimento das trabalhadoras rurais entraram pela primeira vez em contato com o movimento das trabalhadoras urbanas. E a constatação não poderia ser outra: não haverá luta isolada vitoriosa, é preciso cada vez mais sedimentar a

aliança entre as mulheres camponesas e as trabalhadoras da cidade.

Falando em nome do Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, a jornalista Têlia Negrão demonstrou que uma diarista que trabalha cada dia numa casa, cada dia por um preço - quando há trabalho - se parece com a bóia-fria que está cada dia numa terra, cada dia por um preço - quando há trabalho. Em ambos os casos não há nenhuma garantia trabalhista.

REFORMA AGRÁRIA

A presença de 300 bóias-frias, assalariadas rurais e pequenas proprietárias neste encontro fez com que o tema reforma agrária fosse o mais discutido. Segundo a totalidade das mulheres presentes, não há perspectiva de mudança da situação do desemprego no país sem que a reforma agrária se realize imediatamente. "A reforma agrária tem que ser já, se é que o governo não deseja que os trabalhadores rurais invadam todas as terras" - afirmou Lina, líder do movimento do oeste do Estado.

Uma das deliberações do encontro foi exigir o imediato assentamento e regularização das terras no Paraná, bem como uma articulação das mulheres junto a parlamentares e sindicatos para exigir a equiparação de direitos entre as trabalhadoras urbanas e rurais.

"Aos setenta anos todas nós estamos mortas", afirmaram as lavradoras que, com o corpo e o rosto marcados pelo sol e o trabalho duro, revelavam que apesar de sua luta nenhum avanço real ocorreu na sua situação nas últimas décadas. A socióloga Maria de Lourdes Montenegro, lançada como candidata a deputada constituinte pelo PMDB durante o encontro, lembrou que há 35 anos, quando mudou-se para o interior, as trabalhadoras rurais já lutavam pelos mesmos direitos. "A diferença é que hoje as mulheres estão muito mais conscientes dos seus direitos, muito mais preparadas para lutar e muito mais unidas entre si".

APOIO À MUDANÇA

Durante o encontro, as mulheres, embora apoiando a Nova República, manifestaram descontentamento com o pequeno progresso ocorrido no país no campo econômico e social. "Nossa postura hoje é de apoio independente e crítico, vamos exigir cada dia com mais intensidade as mudanças que o povo está esperando e ainda não vieram. Sem resolver o problema da dívida externa, continuaremos a passar fome, a ver crianças abandonadas nas

ruas, a sentir o peso da crise sobre as nossas costas" - afirmou Lásara Varella, da União de Mulheres de Curitiba.

A participação das mulheres na Constituinte é uma exigência das paranaenses. "Sabemos que pouco adianta fazermos novas leis sem cumprimento. Caso fiquemos fora deste processo - não por nossa vontade, mas por sermos discriminadas - nos sentiremos livres para não obedecer estas leis" - afirmou Têlia Negrão.

Entre as deliberações do Encontro da Mulher Trabalhadora no Paraná decidiu-se pelo fim imediato da violência contra as lideranças rurais, particularmente as mulheres e crianças. Esta reivindicação será encaminhada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina ao governador José Richa, aos senadores, deputados federais e estaduais paranaenses, juntamente com a exigência de reforma agrária já.

NOVA REALIDADE

O encontro estadual do Paraná foi um marco de luta das mulheres paranaenses e trouxe importantes dados. Indicou, por exemplo, que as trabalhadoras rurais, apesar de todas as dificuldades, como o atraso dos sindicatos e o analfabetismo, participam intensamente das lutas gerais e específicas. Para participar do encontro estadual, realizaram encontros regionais e locais para debater sua situação, mobilizando sindicatos, partidos políticos e pastorais da terra através da Federação dos Trabalhadores Rurais. O grupo que debateu a Constituinte recebeu mulheres de mais de 20 municípios e localidades, que vieram em grupos com documentos escritos.

"Se a gente fica de fora, como nossos companheiros vão conseguir sucesso nas suas lutas?" - perguntaram as mulheres. Um exemplo disso foi uma invasão de um posto da PM em Chopinzinho, para exigir alimentos. Foi mais um fator que levou o governador José Richa a anunciar que a reforma agrária no Paraná será realizada com ou sem apoio do Inbra. (da sucursal)

3 mil jovens na festa pela legalidade da UNE em Goiânia

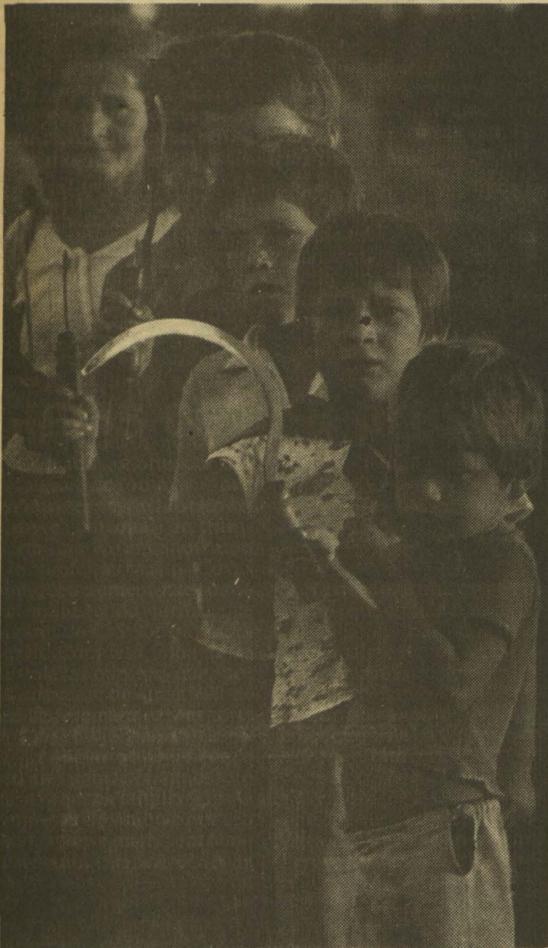
Mais de 3 mil jovens participaram do show de comemoração da legalização da União Nacional dos Estudantes, UNE, dia 6, em Goiânia. Por mais de 5 horas, astros como Gonzaguinha, Belchior, Carlos Lyra, Geraldo Azevedo e artistas goianos se revezaram no palco - que tinha uma imensa bandeira azul e branca da UNE ao fundo -, manifestando seu apoio à entidade máxima dos universitários. O espetáculo teve apoio da Comissão Nacional do Ano Internacional da Juventude e do governo de Goiás.

Além da beleza das canções (Geraldo Azevedo fez o público dançar frevo por quase uma hora), o show foi uma combativa mensagem de união e luta. O grupo de capoeira do mestre Zumbi apresentou a coreografia "A dança dos facões" e repudiou o racismo na África do Sul. O compositor Carlos Lyra deu "uma verdadeira aula" do que foi o Centro Popular de Cultura da UNE, e entoou

o Hino da UNE (de sua autoria com Vinícios de Moraes) e a histórica "Canção do Subdesenvolvido".

O presidente da UNE, Renildo Calheiros, chamado ao palco por Belchior, afirmou: "A legalidade da UNE foi conquistada por nós, estudantes, na garra, na luta. Muitos jovens deram suas próprias vidas para que isto ocorresse, inclusive o goiano Honestino Guimarães. Legalizada, a UNE prosseguirá ainda com vigor suas jornadas de lutas em defesa da universidade, da plena democratização do país, da reforma agrária e pela conquista da verdadeira soberania para nossa pátria". Estavam presentes no palco a presidenta da UBES, Selma de Oliveira, o presidente da Comissão Nacional para o Ano Internacional da Juventude, Aécio Neves, e o deputado Aldo Arantes, autor do projeto de lei que legalizou a UNE.

da sucursal



Trabalhadoras rurais foram maioria no encontro no Paraná



Os representantes de 34 entidades da Conclat reunidos em Maceió

Conclat poderá virar central sindical em 86

A Conclat deverá se transformar em uma central sindical de fato, pois até agora ela era apenas uma coordenação. Esta foi uma das decisões da coordenação nacional da Conclat, que se reuniu em Maceió nos dias 4 e 5, e deverá ser uma das principais propostas a serem debatidas em seu próximo congresso, a ser realizado de 20 a 22 de março. Um outro ponto a ser discutido será a apresentação de um plano de lutas que expresse a realidade das exigências dos trabalhadores.

Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, lembrou que "nós, da Conclat, esperamos dois anos, desde o congresso de 83, que os companheiros da CUT viessem para um entendimento, que nós buscamos o tempo todo. Mas o pessoal da CUT não quer a unidade do movimento sindical, por uma questão de concepção deles. Então, creio que o caminho é construirmos uma central sindical forte, representativa, ideologicamente pluralista e com uma concepção unitária do sindicalismo".

Esta também foi a posição defendida pelo representante de Alagoas na Conclat, Sérgio Barroso, do Sindicato dos Médicos, que afirmou: "É necessário que o movimento sindical brasileiro tenha uma organização nacional ampla, sem exclusivismos,



Barroso: uma central sem exclusivismos

que reúna os setores mais combativos". Barroso também defende que a Conclat discuta a questão das eleições diretas para as federações de trabalhadores; que as confederações sejam eleitas em congresso e que se discuta sobre o imposto sindical.

A reunião da coordenação nacional da Conclat, com a presença de 36 entidades de vários Estados, repudiou por unanimidade a aplicação da convenção 87 da OIT no Brasil e defendeu a ampla liberdade e autonomia sindicais. (da sucursal)

Criada em Curitiba a Delegacia da Mulher

A partir do dia 12, Curitiba passou a ter a sua Delegacia da Mulher, a exemplo de São Paulo, respondendo assim a uma das mais antigas reivindicações do movimento de mulheres do Paraná. O projeto da Delegacia da Mulher foi realizado em conjunto com os Conselhos Estadual e Municipal da Condição Feminina, fator que determinou um organismo policial mais dinâmico e voltado para a realidade. Naquele local haverá assistentes sociais, psicólogas e pessoal especializado no atendimento à mulher.

Localizada numa casa ampla, preparada especialmente para receber mulheres, a delegacia abre suas portas num momento de acentuado crescimento da violência contra o sexo feminino. No último mês os cri-

mes de violência sexual em Curitiba aumentaram assustadoramente. De 1 registro mensal pulou para 4 (isto significa, em dados reais, de 10 para 40, pois apenas 10% deste tipo de ocorrência chega às delegacias). Um dos casos mais recentes foi o de uma menina de 11 anos, estuprada num dos bairros mais populosos da capital, às sete e meia da manhã.

O movimento feminino de Curitiba tem se posicionado contra o descaso no tratamento destes crimes. Causou repulsa a declaração do delegado de costumes, sr. Ricci, que justificou os índices elevados deste tipo de violência culpando as roupas de verão usadas pelas mulheres. O Conselho Estadual criticou o pronunciamento do delegado e exigiu uma ação policial maior. (da sucursal)



O prefeito Fruet com a representante da Delegacia da Mulher de SP

Covas cede à pressão dos donos de ônibus

Cedendo às pressões das empresas de ônibus - que promoveram o lockout ("greve" patronal) do transporte coletivo em São Paulo - o prefeito Mário Covas concedeu aumento de 66,6% no reajuste da tarifa, que passou de Cr\$ 900 para Cr\$ 1.500. Com isso, o operário de salário-mínimo que, por lei, deveria destinar 4% de seu salário para o transporte de sua família, passa a gastar 20% do salário apenas com o seu transporte (excluindo o gasto com os familiares). As empresas de ônibus, por seu lado, conseguem um reajuste anual superior ao da

inflação (cotada em 234,5% em 12 meses - o reajuste da tarifa chega a 275%)!

ESCAMOTEANDO O LOCKOUT

No dia 10, 2 mil, dos 6 mil ônibus que circulam na capital, ficaram nas garagens. Principalmente os veículos que servem as regiões leste e sul da cidade. Os 10 mil motoristas e cobradores que trabalham nas 11 empresas que pararam estavam sem receber os salários de novembro. Mas foram os patrões que anunciaram que estava ocorrendo uma "greve" contra salários atra-

sados. Na Viação Jurema, a própria empresa não permitiu que os funcionários tirassem os ônibus da garagem, anunciando que eles estavam em greve!

Os burgueses, sempre tão zelosos em confundir os trabalhadores sobre o número de grevistas e o alcance da paralisação, desta vez trataram eles mesmos de alardear: "A paralisação foi total em 11 das 34 empresas que servem a capital. E pode se estender a outras companhias dia 11, pois não temos dinheiro para pagar o 13º, e estamos anunciando isso",

afirmou cinicamente o presidente da Transurb, entidade patronal, José Pavani.

O Sindicato dos Motoristas de São Paulo, por seu turno, anunciou que "os empresários já haviam ameaçado nas reuniões da comissão tarifária da Prefeitura que provocariam a paralisação se as passagens não aumentassem". O sindicato foi ao prefeito Mário Covas propor a estenuação das empresas que promovam o lockout. Mas o prefeito acabou cedendo às pressões patronais e concedeu o aumento da tarifa.

Situação vence as eleições no Sindicato dos Gráficos paulistas

Nas eleições para nova diretoria do Sindicato dos Gráficos de São Paulo, realizadas na semana passada, a corrente identificada com o peleguismo voltou a vencer. A Chapa 1, encabeçada por Maffei, teve 3.846 votos; a Chapa 2, formada por jovens lideranças da categoria, obteve 1.251 votos; e a Chapa 3, ligada à CUT, ficou com 1.082 votos.

O pleito mostrou o forte peso da máquina sindical. A atual diretoria não forneceu a lista de sindicalizados para as chapas adversárias, que fizeram a propaganda eleitoral sem saber

onde estavam concentrados os votantes. Comprovou também que ainda falta maior organização da categoria nos locais de trabalho. O sucesso da greve de novembro, onde ficou patente a postura imobilista da diretoria, não se reverteu em votos.

"Agora é fortalecer o sindicato", comenta Mascarenhas, um dos principais ativistas da oposição. "Terminado o pleito, não existem mais as chapas. Temos que organizar a categoria, lutar e sindicalizar os não sindicalizados para a nova diretoria, evitando que mais os nossos interesses"

Vidreiros encerram greve e iniciam luta eleitoral

"Do ponto de vista econômico, a greve deixou a desejar. Mas, politicamente, foi uma grande vitória". Em resumo, esta é a avaliação que Antônio Fernandes, o popular *Tonhão*, faz da paralisação dos 22 mil vidreiros da capital paulista, realizada nos dias 5 e 6. "Agora a nossa grande batalha são as eleições sindicais em janeiro", completa o líder sindical, que é encabeçador da Chapa 2, de oposição à atual diretoria.

Apesar da vibrante disposição de luta demonstrada pelos grevistas os vidreiros não conquistaram plenamente suas reivindicações. O patronato, que ofereceu 12% de aumento real antes da paralisação, só aceitou conceder mais 0,66% de reajuste salarial no decorrer da greve. E, devido à falta de organização e estruturação do movimento paredista, os trabalhadores foram obrigados a aceitar a contraproposta.

Na assembleia que decidiu o retorno ao trabalho, na tarde do dia 7, houve grande descontentamento dos operários, principalmente dos que trabalham nas fábricas mais mobilizadas. A diretoria do Sindicato dos Vidreiros, identificada com a CUT, foi muito criticada por sua postura defensiva e imobilista. O presidente da entidade, Valdir Ferreira, chegou a ser

vaiado e xingado de pelego. E muitos sindicalizados anunciaram que dariam baixa no sindicato, desgostosos com a direção da greve. No final, dividida, a assembleia aprovou a assinatura do acordo.

Para *Tonhão*, uma das principais lideranças grevistas, "a conquista salarial não refletiu o grau de combatividade dos vidreiros. Mais de 80% das fábricas do setor foram paradas. Os operários organizaram piquetes espontaneamente, participaram massivamente das assembleias. Na que decidiu a greve, havia cerca de 4 mil companheiros. Nem a presença da PM intimidou os grevistas. Na fábrica Sobral, as operárias enfrentaram a polícia e algumas foram até detidas. E, no final, o acordo não avançou muito".

"Apesar disso - completa *Tonhão* -, a categoria não saiu da cabeça baixa. Desde

1953 que não fazíamos uma greve geral no setor. Nestas três décadas, fomos muito espoliados e humilhados. Agora, demos o troco. Ninguém acreditava na capacidade de luta dos vidreiros, nem os patrões, nem a diretoria atual do sindicato. E ficaram surpresos com a coesão dos grevistas. O pessoal retornou às empresas com espírito novo de luta".

REFLEXOS ELEITORAIS

Na avaliação do encabeçador da Chapa 2, a greve terá fortes reflexos no pleito sindical em janeiro. "A paralisação reforçou nossas críticas à atual diretoria. Ela saiu desgastada do movimento paredista. Posava de radical, mas não armou a categoria para a greve".

Suas críticas têm base real. A direção do sindicato não acreditava na greve e não trabalhou efetivamente para seu êxito. Nem sequer montou a infraestrutura para a paralisação: distribuiu poucos panfletos de mobilização; não realizou piquetes em inúmeras importantes empresas; os grevistas não contaram nem com carro-de-som para comandar os piquetes. Além disso, numa postura eleitoral, a diretoria tentou garantir o controle da greve na marra. Preferiu não ampliar a Comissão de Negociação, que servia para mobilizar a base - e no final reconheceu esse erro tático.

"Em compensação, a nossa chapa saiu fortalecida", garante *Tonhão*. "Os integrantes da Oposição comandaram os piquetes nas suas fábricas, destacaram-se como lideranças sérias e combativas. Ficou evidente para a categoria que a greve só saiu devido à sua própria garra e à presença dos companheiros da chapa opositora".



Participação maciça do professorado no movimento grevista

Professores baianos em luta contra salários de miséria

Em 48 dias de greve, os professores da rede pública estadual da Bahia mantiveram-se firmes, buscando o atendimento de suas reivindicações, enfrentando pressões e ameaças do governador João Durval, através dos órgãos de comunicação, dos superintendentes de educação e diretores de escolas. Alguns professores recebem apenas uma miséria de Cr\$ 150 mil.

A última ameaça do governador foi divulgar pela televisão um calendário escolar responsabilizando o professorado por uma pretensa reprovação dos alunos, na tentativa de jogar a comunidade contra os grevistas. Com mais de 25 mil professores paralisados, 600 mil estudantes deixaram de assistir aulas, incluindo 72 municípios baianos.

A presidente da Associação dos Professores Licenciados da Bahia, Maria José Rocha - Zezé -, afirma que o governador lança mão das ameaças porque não respeita os direitos dos professores de 1º e 2º graus na Bahia. Desde 1983, João Durval se recusa a atender suas justas reivindicações e sequer atendeu os professores em audiência, para dialogar com eles.

PÉSSIMAS CONDIÇÕES

Maria José mostra que os salários do professorado foram rebaixados a tal ponto que os de nível inicial recebem Cr\$ 446 mil e os de nível E-5, o último, estão com Cr\$ 899 mil. Alguns professores percebem a miserável quantia de Cr\$ 150 mil, como os do atendimento ao pré-escolar. Além disso, a presidente da APLB denuncia as péssimas condições de trabalho nas escolas, com a falta de giz, lâmpadas, carteiras, material

didático e até papel para as provas.

Submetidos a cargas horárias exaustivas de até 60 horas semanais para assegurar a sobrevivência, os professores baianos reivindicaram 200% de reajuste, regulamentação do estatuto do magistério, fixação de um piso salarial de três mínimos, reajuste trimestral e 25% do orçamento do Estado para a educação.

ALGUNS RECUOS

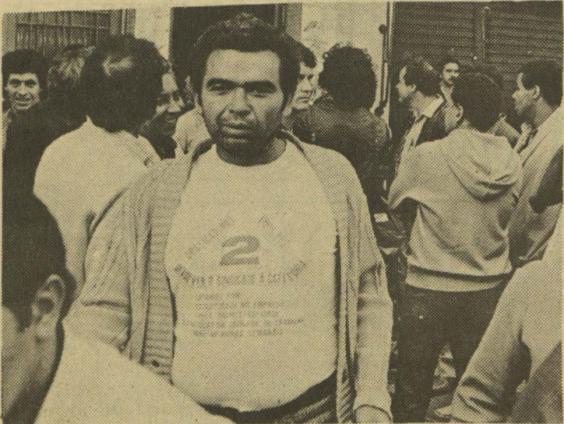
João Durval só recebeu os professores em audiência no 28º dia de greve. Mas permaneceu intransigente, negando as reivindicações básicas dos grevistas. Assim mesmo, houve um avanço na questão referente à regulamentação do Estatuto do Magistério, assegurando que 30% da carga horária seja destinada para atividades complementares, o que "há dez anos era reivindicado pelos professores", diz Maria José. O governador concordou ainda em dar um reajuste parcelado de 100% do INPC.

No 35º dia da greve, os grevistas conseguiram, através do cardinal Dom Avelar Vilela, uma contraproposta governamental, mantendo os 100% do INPC, sendo 80% a partir de novembro e 20% em dezembro, o que evidentemente foi recusado pela categoria. Além disso, os mestres

solicitaram que os deputados do PMDB na Assembleia Legislativa obstruíssem projetos importantes do governo para forçar uma reabertura das negociações. Como resultado, o governador concedeu mais uma migalha: 80% do reajuste pelo INPC em novembro, mais 10% em dezembro, os outros 10% em janeiro e antecipação do reajuste de maio para março, sem no entanto definir o percentual. No dia 10 de dezembro - o 47º da paralisação - os grevistas voltaram a solicitar a intermediação de Dom Avelar para obrigar o governo a precisar um percentual na proposta do reajuste de março.

Todo este processo tem levado a uma maior organização e mobilização do professorado, a tal ponto que no último dia nove realizou-se a maior assembleia da categoria no Estado da Bahia, com mais de três mil presentes. Na assembleia do dia 11, os professores aceitaram um abono especial em janeiro, e antecipação do reajuste de maio para março e decidiram voltar às aulas. Continuam entretanto a pressionar o governo para alcançar todas suas reivindicações.

Em resposta ao calendário ameaçador do Governo do Estado, os professores propõem que as entidades estudantis, assim como as dos pais e do magistério, discutam uma forma de retornar às aulas, tomando medidas pedagógicas para que os estudantes não sejam prejudicados. A presidente da APLB garantiu que nenhum aluno será reprovado em virtude da greve. (da sucursal)



Tonhão, da Chapa 2: "a greve desgastou a diretoria"

Siderúrgica de Volta Redonda pára contra FMI

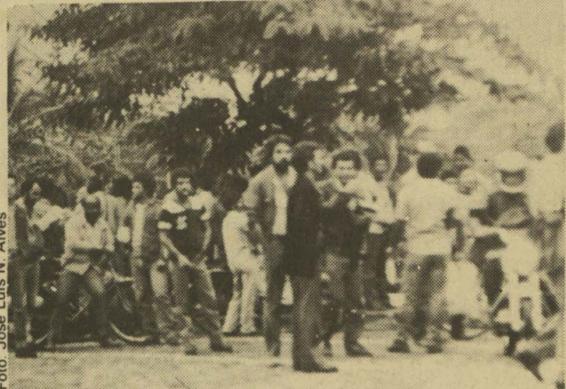
Terminou na noite do dia 5 a greve dos 30 mil operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. As principais reivindicações dos operários eram: fim do decreto 89.253, baixado durante o governo Figueiredo, e a não privatização da FEM.

A paralisação teve o caráter de advertência. Foi deflagrada por uma assembleia com mais de 20 mil participantes, debaixo de forte chuva, exigindo o restabelecimento de benefícios a todos os empregados da CSN e da FEM atingidos pelo decreto 89.253.

A empresa cedeu em três pontos importantes: 8% de reposição para os empregados da CSN e 6% para os da FEM; pagamento do salário-família atrasado (em três parcelas) com juros e correção monetária; e 13% salário integral para todos.

PACOTE DO FMI

O pacote (como é chamado o decreto 89.253) foi baixado sob os ditames do FMI, em dezembro de 1983, durante o governo Figueiredo. Suprimia os 100% das horas extras, gratificação de um salário bonificação de 45% e abono salário-família aos novos funcionários contratados a partir de julho de 1983. Em São Paulo, os trabalhadores da Cosipa conseguiram botar abaixo este monstro. Na CSN, apesar da enorme disposição



A presença da polícia não abalou os grevistas

dos grevistas, isto ainda não foi possível. Entretanto, segundo declarou à TO o líder sindical Wagner: "Conquistamos algumas vitórias e sobretudo acumulamos forças para a nossa campanha salarial de 1986, onde teremos condições de derrotar o pacote".

De fato, o saldo organizativo do movimento foi grande. A paralisação foi total. Só foi garantido o funcionamento dos serviços essenciais, como o caso da coqueria. Os trabalhadores batiam o ponto e cruzavam os braços dentro da empresa. Os ativistas sindicais puxaram um enorme arrastão, parando setor por setor. Um grupo de engenheiros tentou, sem sucesso, evitar este movimento. Houve até luta corporativa, envolvendo engenheiros, seguranças e trabalhadores. Do lado de fora da CSN, os trabalhadores organizaram um protesto contra as atitudes do lambe-botas Xavier e ou-

tros, além de condenarem a presença da PM nas dependências da Usina, a pedido da empresa.

Para desarmar os trabalhadores não faltaram também os apelos sentimentais do presidente da CSN, que prometeu aos operários que estaria de missionário caso o Conselho Interministerial de Salários das Estatais não atendesse as reivindicações dos grevistas. Recebeu uma boa vaia.

LEUCOPENIA

Além da luta por melhores salários e pela não privatização da FEM, os operários se preocupam com problemas de segurança no trabalho. É que foi constatada a incidência de leucopenia entre os trabalhadores da coqueria. Segundo o departamento médico do Sindicato dos Metalúrgicos, a doença já atingiu 50 operários. O descalabro é tão grande que, ao contrário da Cosipa, a CSN não dispensou os trabalhadores doentes, apenas transferindo-os para outros setores. Como se sabe, a leucopenia destrói os glóbulos brancos do sangue, reduzindo a resistência do organismo. Um simples resfriado pode ser fatal à pessoa atingida. E a doença é incurável, provocada pelo vazamento de gases tóxicos, como benzeno. (da sucursal)

Boa adesão à greve dos telefônicos

Ao fecharmos esta edição, os telefônicos paulistas mantinham a greve, iniciada no último dia 11, aguardando uma contraproposta salarial razoável da Telesp. Mais de 90% dos funcionários dos setores de reparação, manutenção, instalação e atendimentos externos aderiram a paralisação que também atingiu vários municípios do interior de São Paulo.

A categoria, com 32 mil trabalhadores na base, reivindica a incorporação ao salário do abono de 30% concedido em julho passado; um novo abono de 38,5% em dezembro; reajuste trimestral; 6% de produtividade; e 15% reposição salarial. A empresa, que é vinculada à Telebrás (que tem 115 mil funcionários em todo o país), mostrava-se irredutível. Mantinha sua contraproposta de 8% de reposição, 4% de produtividade e de quatro abonos de 25% em cada trimestre.

Há mais de um mês que os telefônicos vinham preparando a deflagração do movimento paredista, que a princípio deveria ter caráter interestadual (ou outros oito Estados envolvidos na campanha salarial unificada acabaram assinando o acordo na semana passada). Na assembleia do dia 28 de novembro, foi decretado o "estado de greve". E no último dia 10, frente a inflexibilidade da Telesp, os 3 mil presentes



Assembleia do dia 28: funcionários da Telesp em "estado de greve"

aprovaram o início da paralisação e saíram em passeata pelas ruas centrais da capital.

GREVE SURPRELENDE

Nos dois primeiros dias, o movimento grevista evidenciou um bom nível de organização, refletindo o descontentamento da categoria. A greve obteve grande adesão, superando inclusive o plano original do comando grevista. A ideia inicial era de paralisar apenas os setores de reparação, manutenção, instalação e de atendimento em lojas da Telesp. O objetivo era preservar os "serviços essenciais" (Hospitais, Delegacias, Corpo de Bombeiros etc.) para não transtornar a população. Mas já na quinta-feira, dia 12, o movimento paredista atingiu vários escritórios e bancos.

O plano de atuação do Sindicato dos Telefônicos também previa a paralisação apenas na capital, mas a greve contaminou o interior paulista. Na Baixada Santista, Campinas, Jundiá e outros municípios houve boa adesão ao movimento paredista.

Isto apesar da forte pressão das chefias e da presença da PM. Na agência da Telesp da Rua Martinião de Carvalho, a chefia fez ameaças de demissões e deteve os funcionários no prédio, impedindo que saíssem para almoçar. O mesmo ocorreu na agência da 7 de Abril. A polícia, por sua vez, prendeu vários trabalhadores que engrossavam os "piquetes de contenção". Mas o movimento acabou a disposição de luta dos telefônicos, que aguardam um recuo da empresa.

LIVROS - REVISTAS - POSTERS
POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS
EXPOSIÇÕES

ARE PAU BRASIL

ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. A SÁB. 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

Divinópolis: exemplo de luta de rodoviários

A greve dos trabalhadores Rodoviários de Divinópolis (MG) estourou quando a classe ficou sabendo que os patrões tinham buscado reforço de motorista de Belo Horizonte. Em grandes piquetes, os motoristas de

Divinópolis começaram a esvaziar os pneus dos carros. A Polícia Militar reprimiu prendendo um motorista e três trocadores. O motorista Quirino explica: "Fui preso por esvaziar pneus. Mas expliquei a eles que esvaziar

não dava prejuízos, e fui solto". A greve atingiu a toda classe e os motoristas estavam revoltados contra os patrões. "Nós fomos presos por reivindicar direitos, por lutar para melhorar a vida" relatava o motorista

Ariovaldo. E a revolta era grande também contra os traidores: o "João Bra", "Zé Doido", "Dorme Sujo", "Tim Maia", e especialmente o "Jair", que faz oposição à atual direção do Sindicato. Todos falavam: "O Jair acabou com esta greve." No fim da noite de 2 de dezembro, os motoristas aceitaram a contra-proposta patronal, como uma greve vitoriosa. Eles conquistaram gratificações de Cr\$ 400.000 (motoristas) e Cr\$ 200.000 (trocadores) para dezembro, 100% de aumento para janeiro, data-base de reajuste em janeiro, estabilidade de 4 meses, e a continuação do direito do passe livre nos ônibus. Foi uma grande vitória, considerando que era a primeira greve da classe de Divinópolis. E outra vitória foi o fortalecimento de Eivaldo e Getúlio como grandes lideranças da classe. Que irão concorrer novamente para a diretoria do Sindicato em 1986. Para a cidade de Divinópolis, ficou o exemplo de luta, que os metalúrgicos, comerciários, e outros setores seguirão também na defesa de seus direitos. (Cláudio - Divinópolis, Minas Gerais)



fala o POVO

Neste número encerramos as edições de nosso jornal este ano e também a seção *Fala o Povo*. Esperamos que em 1986 você, amigo leitor, continue nos escrevendo, contribuindo para enriquecer nosso jornal.

E não esqueça: *Fala o Povo* é sua seção! Aqui você rasga o verbo, diz o que pensa sobre tudo, apresenta sugestões, dá sua opinião sobre o que ocorre por esse Brasil afora.

Desejamos a todos vocês um novo ano cheio de lutas, um ano onde sonhos se realizem. Como é o ano da Constituinte, escreva para nós dando sua contribuição para que possamos ter um Brasil

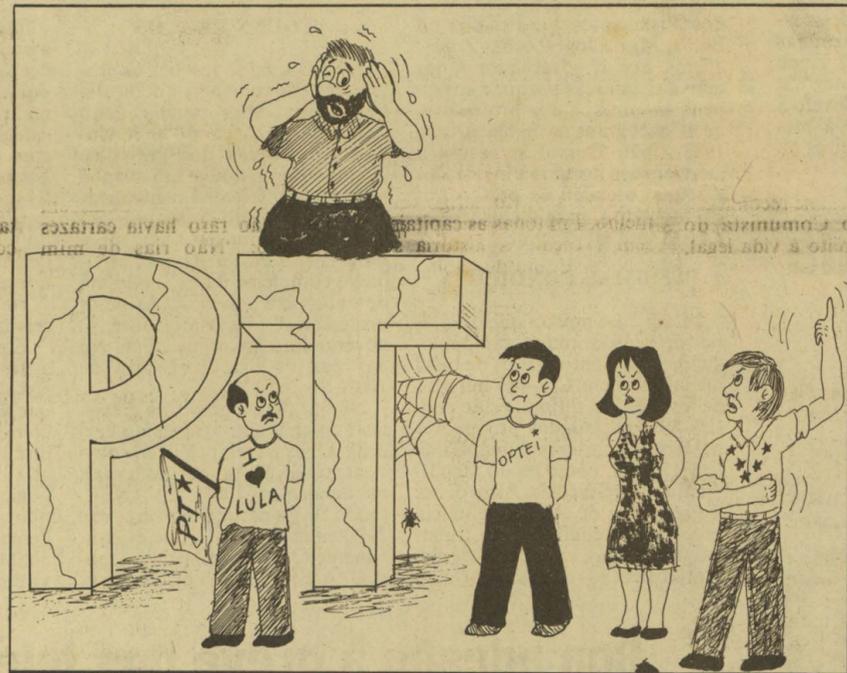
melhor, com leis mais justas, que respondam aos interesses do povo e da nação. (Olivia Rangel)

Guerra do PT na "República Socialista" de Diadema

O prefeito Gilson Menezes, que até há pouco tempo estava às voltas com os ataques da maioria dos vereadores de Diadema, especialmente de alguns petistas, com exceção de Washington Mendes e Dorival Lopes, conseguiu conquistar a anti-patia também destes dois parlamentares. Ninguém sabe ao certo explicar os motivos da guerra petista. Mas sabemos que o ataque a Gilson Menezes começou a partir do momento em que a Prefeitura de Diadema (a "República Socialista" de Diadema) reajustou as tarifas de ônibus para Cr\$ 1.600, o maior reajuste concedido na região.

Apesar de que os fatos indicam que não é este o motivo real dos desentendimentos. Há poucos dias o prefeito recusou-se a receber o vereador Washington Mendes em seu gabinete. Segundo o próprio vereador, tanto ele quanto Dorival Lopes tinham acesso livre ao gabinete de Gilson e o fato causou estranheza nos meios políticos.

Estas questões estão sendo amplamente debatidas nos bastidores da Câmara Municipal e a conclusão a que algumas lideran-



ças chegam é a de que os dois parlamentares estavam tentando conseguir espaço político para o ex-diretor de gabinete do Paço, Juraci Magalhães, que deixou o cargo há alguns meses por envolvimento no escândalo Parati. Ao que tudo indica,

Gilson recusou-se a ceder à resposta dos vereadores. Assim, a resposta está vindo na forma de críticas e ataques à administração.

Por causa deste reajuste das tarifas o prefeito tem sido atacado por petistas de

toda a região.

Este é o governo do purista "Partido dos Trabalhadores"? Não tem muita diferença em relação aos Jânios, Malufs e Delfins da vida. (V.L. - metalúrgica de São Bernardo do Campo-São Paulo)

Brizola e Lula defendem o socialismo?

Os inconformados com a derrota da ditadura-militar, travestidos de "socialistas", começaram a se manifestar na imprensa oficial com o objetivo de confundir e desinformar a população a respeito da importância da eleição de seus verdadeiros representantes na Assembleia Nacional Constituinte. Brizola e Lula, saudosos do governo Figueiredo, não aceitaram o processo democrático de transformação da

sociedade brasileira e querem desenterrar a Velha República, brigando o slogan diretas-já. Em 1984 Brizola defendeu ardorosamente a prorrogação do mandato do general Figueiredo até 1987 (8 anos, com todas as consequências: submissão ao FMI, autoritarismo, opressão, intervenção em Sindicatos, arrocho salarial, censura, corrupção, recessão, desemprego, miséria, fome, violência etc.) Após a

derrota da emenda Dante de Oliveira na Câmara Federal, Lula expulsou os deputados do PT que manifestaram apoio a Tancredo de Almeida Neves. Em 1985 Brizola repudiou a justiça e arvorou-se em defensor de militares envolvidos nos escândalos Baumgarten e Rio Centro, argumentando que a investigação daqueles crimes era revanchismo. Lula assumiu o papel de instrumento da direita entreguista

e conservadora, vide a eleição de Jânio, além de já ter atuado, também, como cabo eleitoral de Maluf, em 84, de quem recebe merecidos elogios por sua "coerência". Brizola e Lula são autoritários e foram defensores de fato da continuidade do regime militar que nos oprimiu durante 21 anos. Os verdadeiros inimigos da nossa liberdade recém-conquistada você já pode identificar. (F.G.-São Paulo, SP)

Professor, bóia-fria da Educação

A situação do professor a nível nacional é sem sombra de dúvida precária. Nos últimos 21 anos os generais golpistas procuraram simplesmente banir a educação da vida nacional e uma das formas usadas para alcançar esse objetivo foi atirar o professor no mais profundo abandono.

cidos popularmente como os bóias-frias da educação. Porém, se a nível nacional a situação tornou-se caótica, aqui em Paratinga chegou ao ponto máximo de degradação. Os professores da rede municipal ganham a impressionante quantia de Cr\$ 80 mil por um turno e Cr\$ 120 mil por dois turnos de trabalho, tendo ainda que se locomover para as comunidades camponesas, arcan-

do com todas as despesas. Para o povo paratinguense seria salutar ver o sr. prefeito José Antônio de Carvalho e seus apaniguados sobreviverem com esses mínguaos salários, pois só assim sentiriam na pele as chagas de tão humilhante escravidão assalariada.

Esta realidade constatada aqui em Paratinga serve de alerta a todos os patriotas e

democratas preocupados com a educação em nosso país e também para o Ministro da Educação Marco Maciel e para o Presidente Sarney pois, enquanto os professores estiverem submetidos a tal opressão e exploração, nenhum plano para a educação por mais repleto de idealismo e de boa vontade irá avançar em terras brasileiras. (Setor Jovem do PMDB - Paratinga - Bahia)

Funcionários da Capemi querem sindicato unido

Aqui na Capemi somos mais de 160 profissionais em processamento de dados e estamos vivamente interessados na campanha ora desencadeada pela APPD reivindicando o direito justo de termos um Sindicato unitário que comporte não só os nossos companheiros de birôs como também todos os diferenciados e, somando-se a esses, todos os burocratas ligados à categoria. Assim sendo, entendemos que o atual enquadramento, além de ser um golpe torpe da classe patronal (via febraban), é uma grande barreira

a nos dificultar no que se refere a nossa luta específica, posto que somos uma categoria de formação recente e com objetivos claros.

Outras duas questões de vital importância são a regulamentação das profissões e a defesa da reserva de mercado, o que nos faz permanecer vigilantes e atentos quanto ao desfecho político em torno dessas. Não vamos recuar nem esmorecer. Pelo Sindicato Unitário! (Funcionário de PD - Capemi-Rio de Janeiro, RJ)

Juventude Socialista critica Jogos Escolares

Nós, da União da Juventude Socialista, vimos através deste fazer uma crítica aos XIV Jogos Escolares Brasileiros.

No dia 9 de dezembro, fomos ao Centro Educacional Esportivo do Ibirapuera, e constatamos a péssima infra-estrutura criada para os atletas. Entre os problemas que observamos destacamos a alimentação. No café da manhã todos os atletas recebem um toddynho (chocolate que vem em caixinhas longa-vida) e um pão com manteiga (quando há). No almoço vem arroz, feijão, carne e água. E não se pode repetir a comida! O jantar consiste na mesma coisa, com uma pequena diferença: a qualidade da carne. A ceia é servida em horário

inadequado, entre 0:30 e 1:30 horas! Como dá para ver, não há frutas nem sucos naturais na alimentação. O alojamento não tem privacidade, não há armários, o que obriga os atletas a porem seus objetos pessoais no chão. E inevitavelmente ocorrem furtos no alojamento.

Mas o pior de tudo são os banheiros alagados, sem papel higiênico e com os chuveiros quebrados.

É através destas três reivindicações básicas que nós, da Juventude Socialista, vimos representando as delegações, exigindo que as autoridades competentes tomem providências neste e nos próximos jogos. (União da Juventude Socialista - São Paulo, SP)

Trabalhadores rurais de General Salgado fazem curso

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de General Salgado no dia 1º de dezembro realizou, com grande êxito, seu 1º Curso de Formação Sindical tendo à frente do trabalho e organização seu presidente Amador e seu tesoureiro, Mário. Participaram do curso mais de 40 trabalhadores rurais da área sindical de General Salgado, Andradina e Penápolis. Entre participantes o curso contou com a presença de uns 10 dirigentes sindicais. O curso, dado pelo Centro de Estudos Sindicais (CES) na pessoa de Antônio Soares, debateu a História do Sindicalismo Rural no Brasil, suas dificuldades e seus avanços. O sindicato como instrumento de organiza-

ção e de luta dos trabalhadores rurais; o que fazer para fortalecer o sindicato e democratizá-lo, criar raízes nas massas e organizar delegacias sindicais. Todos ficaram convencidos de que o momento político favoreceu o crescimento de uma organização combativa dos trabalhadores no campo, maior liberdade para os trabalhadores organizarem suas lutas e a grande batalha pela aplicação e da reforma agrária e para conseguir uma Constituinte livre e soberana voltada para o interesse dos trabalhadores rurais. São um forte fertilizante no desenvolvimento de um sindicalismo forte e combativo. (Amigo da T.O. General Salgado-SP)

CDM
Providência Social não paga aposentados
 Com presente, desejamos anunciar que o INSS está sendo cobrado em nome dos aposentados, desde o início do semestre em maio. Esperamos que você não pense este abuso que está atuando contra os que vêm pagando o INSS há 45 anos de vida com previdência e memória enviada pelos deputados do PDS, que favorece o INSS a aposentado amigo da Previdência Social.

